

Por fim, a última forma de abordagem é a que consiste em *trabalhar o diferencial que existe entre o que a sociedade considera como suas margens e o que a margem diz do centro*. Comecei a falar deste gênero de abordagem, que eu e meus co-autores passamos a chamar “função-espelho”,¹¹ em um dos meus primeiros livros como antropólogo, quando tratamos a questão da imigração no *front* da urbanização da região parisiense. O papel desta “função-espelho”, localizo não somente em certos personagens tratados na obra de Licia Valladares, como, por exemplo, o arquiteto John Turner que, questionando o urbanismo e a prancheta, propõe a favela como resposta popular e eficaz (“a favela como solução e não mais como problema”); vejo também na própria maneira de se posicionar de Licia quando, rompendo com uma visão homogênea sobre a favela, mostra o quanto sua história é uma espécie de resumo da história das ciências humanas no Brasil.

PAISAGEM ESTRANGEIRA. MEMÓRIAS DE UM BAIRRO JUDEU NO RIO DE JANEIRO

Fania Fridman

Ed. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2007

Sarah Feldman

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP/ São Carlos e pesquisadora do CNPq

Em seu novo livro – *Paisagem estrangeira. Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro* –, Fania Fridman desvela a presença dos judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e os anos de 1940. Numa operação tão minuciosa quanto a que realiza em *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*,¹ mostra que, ao longo de quase meio século, este grupo de imigrantes, ao mesmo tempo em que se misturou a escravos libertos, a prostitutas e a outros estrangeiros, pôs em evidência suas marcas no território.

¹¹ “Situations migratoires ou la fonction-miroir”, de T. Allal, J.P. Bufard, M. Marié, T. Regazzola, prefácio de Marié Michel, Ed.Gallilée, 1976.

¹ Publicado em 1999 por Jorge Zahar Editor/Editora Garamond, Rio de Janeiro.

O que distingue este trabalho da não desprezível bibliografia sobre imigrantes produzida no e sobre o Brasil² é o foco na dimensão urbanística. É em sincronia com os ciclos de intensas e sucessivas transformações, de valorização e de desvalorização simbólica e econômica do núcleo de origem da capital da República, que a autora situa a chegada, inserção e retirada dos judeus da Praça Onze e seus arredores. O duplo movimento – de mistura e de afirmação de identidade – se constrói através da narrativa das formas de organização social, religiosa e política da colônia judaica, amalgamada à narrativa das dinâmicas espaciais, dos projetos e das intervenções realizadas no centro do Rio de Janeiro, em geral, e nos arredores da Praça Onze, em particular.

A mistura de grupos culturalmente homogêneos, a mistura funcional e a mistura de diferentes categorias profissionais são qualificadas, quantificadas e espacializadas a partir de fontes primárias e secundárias, como leis, projetos, estatísticas e entrevistas com antigos moradores do bairro, que se constitui no final do século XIX por judeus de poucos rendimentos. Num contexto em que cerca de um terço da população carioca era composta por estrangeiros – com a chamada “Pequena África” dos negros, com a “Turquia Pequena” de sírios e libaneses, com os agrupamentos de italianos, espanhóis, ciganos, baianos e nordestinos –, os judeus compõem o novo perfil de moradores do espaço que no início dos novecentos havia assumido feições aristocráticas. Solares, repartições governamentais, museus, teatros e a circulação de carruagens são substituídos por carris urbanos, bondes e linhas ferroviárias, e por atividades representativas da densidade e intensidade do ambiente urbano: cortiços, indústrias, oficinas, escolas, mercados, bordéis, bilhares, botequins.

O novo ciclo se aproxima das características do local antes do surgimento da Praça Onze: espaço sem condições de higiene e habitabilidade, distante e desassistido, ocupado por irmandades de pobres negros, mulatos, portugueses e libertos. É neste território – segregado e estigmatizado como lugar de desordeiros,

² Os trabalhos de Michael Hall, sobretudo *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914* (tese de doutorado, Columbia University, 1969), e “Approaches to immigration history” (em: GRAHAM, Richard e SMITH, Peter (org). *New approaches to Latin American history*. Austin: University of Texas Press, 1975), são referências obrigatórias sobre o assunto. Mais recentemente, um amplo painel da imigração estrangeira na cidade de São Paulo pode ser encontrado na “Série Imigração” (Editora Sumaré/ IDESP).

antes mesmo do surgimento das relações capitalistas na produção do solo urbano – que os judeus se inserem com suas instituições políticas, religiosas, culturais, associativas. Aí desenvolvem relações comunitárias que dão suporte à reprodução da vida social e à acomodação dos recém-chegados ao Rio de Janeiro, e constroem o sentido de identidade territorial de um bairro que se reconhece como judeu.

A partir de exaustiva pesquisa de estabelecimentos e instituições (listadas e mapeadas em oito páginas que compõem o Anexo 1), Fridman nos oferece um panorama consistente da organização política em diferentes tendências ideológicas, da atuação de grupos religiosos das vertentes mais ortodoxas às mais liberais, das noites litero-musicais e debates culturais promovidos em dezenas de escolas, bibliotecas e associações culturais criadas pela colônia, das atividades de lazer comunitário, como bailes, aulas de dança e jogos de xadrez, além dos restaurantes de comida judaica e pontos de encontro para jogos e negócios. Esta vitalidade social, cultural e política da comunidade que agregava sefardis e asquenazes se expressa, ainda, no grande número de jornais e revistas editados – parte significativa em iídiche e português – por grupos e núcleos de diferentes tendências.

O que o livro revela de forma cristalina é que, para os judeus, fugidos do anti-semitismo do regime czarista e, posteriormente, do nazismo, esta organização comunitária se realiza como um projeto de sobrevivência material, política e cultural. O apoio aos imigrantes judeus, desde meados do século XIX, já estava institucionalizado no Rio de Janeiro, através de organizações internacionais, nacionais e locais. Efetiva-se, desta maneira, uma sólida estratégia que Fridman qualifica como “socializar os custos de integração do imigrante” (p.45). Esta solidez se manifesta, inclusive, na resistência à repressão da polícia durante a Era Vargas, quando recrudescer a identificação entre imigrantes e agitadores. Fundamentada em ampla documentação sobre a vigilância exercida pela polícia à colônia judaica (listada em doze páginas no Anexo 2), Fridman mostra como, no caso dos judeus, a identificação se dá entre judaísmo e comunismo.

A Praça Onze torna-se, nesse momento, território controlado, com a polícia intervindo com violência em manifestações públicas, em sinagogas e estabelecimentos israelitas, com prisões e deportação de judeus sus-

peitos de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro. À ação policial somam-se, durante o Estado Novo, as obras de reformulação da área central do Rio de Janeiro empreendidas pelo interventor Henrique Dodsworth. A Praça Onze e seus arredores – território com incidência de população estrangeira muito acima da média do Distrito Federal e ocupada por edifícios de valor muito abaixo das expectativas do mercado imobiliário –, tornam-se alvo privilegiado das demolições para implantação da atual avenida Presidente Vargas.

Estes elementos são colocados pela autora como determinantes, mas não exclusivos, para explicar o processo de deslocamento dos judeus para outros bairros cariocas e conseqüente fim do bairro judeu na Praça Onze e arredores. Admite razões voluntárias e involuntárias para a dispersão territorial da colônia judaica, e pondera explicações que atribuem ao acirramento do anti-semitismo o fortalecimento do elo no seio da colônia, o que atenuaria a necessidade de permanência num mesmo território.

Neste itinerário de explicações que nos oferece, reside mais uma grande colaboração de Fridman para a pesquisa no campo da história da cidade e do urbanismo. Ao admitir uma conjunção de fatores e ao nos colocar diante da possibilidade de mais de uma explicação, assume uma perspectiva desafiadora em relação a interpretações rápidas e modelares sobre a complexidade das relações entre processos sociais e espaciais nas cidades brasileiras. Nesse sentido, suas ponderações nos remetem à linhagem teórica fundada por Fredrik Barth nos anos 1960. No que se refere à identidade étnica, o autor assume uma concepção dinâmica, admitindo-a como mutável, temporal e provocadora de ações e reações na interação com outros grupos sociais, assim como qualquer outra identidade coletiva. Para Barth, na análise das fronteiras étnicas, as fronteiras sociais podem ou não ter contrapartidas territoriais.³

Destaque-se, ainda, a generosidade da autora ao disponibilizar de forma minuciosa suas fontes documentais. Com os dois anexos no final do livro, oferece a outros pesquisadores um banquete – um desafio para embarcar em sua viagem.

A comunidade acadêmica agradece.

³ Barth, Fredrik (1969) Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: Poutignat, Philippe e Streiff-Fenart, Jocelyne (1995). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP.